



PARECER DO CONTROLE INTERNO

PARECER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE FOMENTO

Concedente: Fundo Municipal de Assistência Social

Beneficiário: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Nota de Empenho: EE 01811 Data: 02/05/2019 Valor: 112.673,00

Parcela 2: SE 01811 002 Data: 25/06/2019

Voucher de pagamento: 005042 Data: 25/06/2019 Valor: 12.769,36

Primeira Parcela 2/8

Tratam os autos da liquidação dos recursos repassados por meio do Termo de Fomento 03/2019 no valor de R\$ 12.769,36 (doze mil, setecentos e sessenta e nove mil e trinta e seis centavos), referente à parceria celebrada entre a OSC APAE e o Município de Borda da Mata, cujo objeto é a oferta de serviços especializados nas áreas de Assistência Social, Educação e Saúde às pessoas com deficiência intelectual, múltipla, transtorno do espectro autista e estimulação precoce de crianças de 0 a 6 anos de idade do município de Borda da Mata, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme artigo 42, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

Da análise do processo de prestação de contas (parcial) em epígrafe, e com base no Relatório de Pagamentos apresentado pela entidade, bem como, os extratos da conta bancária, infere-se que a OSC gastou R\$ 14.724,44 (quatorze mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos) com folha de pagamento. Havia um saldo reprogramado do mês anterior no valor de R\$ 2.145,61, mais um rendimento de aplicação no valor de R\$ 5.99, ficou portanto com um saldo restante de R\$ 196,52 (cento e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos) reprogramado para despesas dos próximos meses.

Segundo o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, o órgão concedente através do servidor designado Victor Bittar Lanna - gestor da parceria, e da Comissão de Avaliação e Monitoramento, Marcela Gonçalves Machado, Rosiley de Deus Barbosa e Elias Eduardo Ferreira, deverão juntar ao processo de prestação de contas o relatório, parecer e Termo de Homologação, onde foi mensurado fisicamente o cumprimento das metas.

Diante do exposto, considerando que a OSC cumpriu com as cláusulas pactuadas, conforme a documentação apresentada na prestação de contas entende-se que as despesas foram legítimas e suficientes para a entidade alcançar as metas previstas no Plano de Trabalho, considero a prestação de contas **regular sem ressalvas**.

E por fim, submetam-se os autos aos procedimentos de baixa contábil, e liberação da terceira parcela, cumprindo assim o Cronograma Físico-Financeiro.

Borda da Mata, 30 de julho de 2019.

Maria Angélica Fagundes da Silva

Controle Interno Municipal